



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Posição: Exercício 2025

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração.

A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

O MERCADO

SELIC iniciou 2025 em 13,25% e finalizou o exercício 2025 em 15%, a Fomento manteve a alavancagem da carteira ativa, através de ações presenciais, linhas digitais, equalizações e taxas, entre outras de facilitar o acesso ao crédito.

Mudanças quanto a forma de contabilização e provisionamentos realizada pelo BACEN em 2025 causaram impactos na metodologia de contabilização e provisionamento. A Fomento manteve o foco além das liberações novas a recuperação da carteira em atraso e prejuízo, através da criação de um setor exclusivo para cobrança, ações de ajuzamentos e campanhas de recuperação de crédito.

No mercado estadual, apesar dos impactos políticos, a Fomento se mantém estável, dando continuidade nos objetivos e projetos, seguindo as diretrizes do Governo do Estado.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Prospecção e Oportunidades de Negócios – Exercício de 2025.

Neste exercício a Agência de Fomento deu continuidade ao seu plano de ação. O grande objetivo é que todos os municípios do estado tenham acesso ao crédito, de forma ágil e desburocratizado.

A Instituição vem ofertando linhas de créditos para diversos seguimentos, com taxas reduzidas e prazos estendidos, flexibilizando e proporcionando melhores condições de pagamentos para os empresários tocantinenses.

A Agência tem sido referência na concessão de crédito a micros e pequenas empresas, com destaque nas liberações de microcréditos, concedendo créditos pulverizados e conscientes.

Esta Instituição tem atuado de forma precisa, cumprindo sua missão financiando projetos que favorecem o desenvolvimento sustentável e econômico do Tocantins.

Medidas direcionais contribuíram para objetividade das ações realizadas, e consequentemente para apresentação dos bons resultados. Entre as ações executadas podemos destacar:

- ✓ Lançamento da linha de crédito "Crédito Acessível II" que disponibilizou taxa de juros equalizada a 0,98%a.m. Proporcionando a todos empresários acessos ao crédito com taxa muito abaixo do que os bancos comerciais têm ofertado. Fortalecendo os negócios locais e incentivando o empreendedorismo no Tocantins.
- ✓ Concessão de entrevistas nos principais canais de comunicação da televisão, levando informações sobre as linhas de crédito a todos municípios do estado;
- ✓ Fortalecimento da Agricultura Familiar em parceria firmada com o Banco da Amazônia. Que coloca a Fomento a frente para operacionalizar o recurso do PRONAF B. Com esse recurso pequenos produtores, assentados, indígenas e quilombolas terão mais oportunidades na geração renda e melhoria na qualidade de vida de toda família;
- ✓ Ampliação do quadro de funcionários, com a convocação de técnico e analistas de crédito aprovados no concurso;
- ✓ Execução do programa CrediSupera Emergencial, concedendo crédito a todos os empreendedores afetados pelo desabamento da ponte Juscelino Kubitschek, entre as cidades de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA), os quais sofrem com a queda na atividade econômica e incertezas em relação à retomada da normalidade. Nesta ação foram ofertados crédito de até R\$30.000,00, com taxas de juros de 0,50%a.a.
- ✓ Continuidade na concessão de crédito através da linha de crédito "Crédito Acessível II" que disponibilizou taxa de juros equalizada a 0,98%a.m.
- ✓ Concessão de entrevistas nos principais canais de comunicação da televisão, levando informações sobre as linhas de crédito a todos municípios do estado;
- ✓ Capacitação dos colaboradores com a equipe do Banco da Amazônia Basa, com orientações de acesso ao crédito do programa PRONAF B;
- ✓ Participação da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins – Agrotins. Na oportunidade foi ofertada linhas de crédito direcionada aos pequenos agricultores familiares, com taxa e 0,50%a.m.;
- ✓ Participação no 4º Encontro de presidentes e líderes da Agricultura familiar no IFTO, em Palmas. Destacando o levado aos empreendedores do campo as linhas de crédito destinadas a eles, fruto da parceria dessa instituição com o Banco da Amazônia;
- ✓ Parceria com o SEBRAE, com objetivo de fortalecer o atendimento aos empreendedores nos municípios através do agente de desenvolvimento atuantes na Sala do Empreendedor;
- ✓ Rodada de Crédito com atendimento aos empreendedores da cidade de Santa Rosa do Tocantins.
- ✓ A equipe de prospecção participou do evento "Fortalecendo Raízes" para a agricultura familiar na cidade de Tocantins;
- ✓ A Agência esteve presente na 7º Expo Grandes Marcas, promovida pela Madeicom, ofertando crédito para os empreendedores que ali estavam com seus stands de vendas de produtos e serviços;
- ✓ A equipe de prospecção esteve em Silvanópolis, com stand na Feira da colheita oferecendo linhas de crédito com taxa de juros acessíveis, principalmente para agricultura familiar;
- ✓ Realização de Rodada de acesso ao crédito em Porto Nacional, em parceria com o Sebrae;
- ✓ Participação do projeto "Mãos que criam", juntamente com as Setas e a Secretaria Extraordinária de Participações Sociais e Políticas de Governo. Com lançamentos de cursos profissionalizantes. Eles vão permitir que novos empreendedores comecem seus negócios, através do suporte financeiro junto a Agência de Fomento;
- ✓ Em parceria com o Sebrae, participamos da "Caravana do crédito" na cidade de Santa Tereza do Tocantins, levando oportunidades aos empreendedores do município e regiões circunvizinhas;
- ✓ Participação na feira da colheita, em Aurora do Tocantins, oferecendo a linha de crédito para agricultores familiares;
- ✓ Realização de atendimento no município de Almas. A equipe esteve presente com realização de palestras informativas para acesso ao crédito;
- ✓ Participação em reunião na sede da ACIAM na cidade de Miracema, cujo tema foi Agricultura Familiar e Linha de Crédito Pronaf B;
- ✓ Participação na Feira da Colheita de Conceição do Tocantins;
- ✓ Esteve presente na Expo-Agro de Natividade, oportunidade em que expôs sobre as linhas de crédito disponíveis, com destaque para o "Pronaf B" destinado à

- agricultura familiar;
- ✓ Em parceria com o MDA, nossa equipe realizou atendimento e apresentou as linhas de crédito, especialmente o Pronaf B, que visa beneficiar a agricultura familiar no Estado;
- ✓ Participação na Feira da Colheita na cidade de Arraias;
- ✓ Marcou presença na ação do projeto Mulheres Empreendedoras da cidade de Wanderlândia. Na oportunidade foram ofertadas linhas de crédito destinadas aos mais diversos segmentos e cadeias produtivas!
- ✓ A fim de expandir o acesso ao crédito aos municípios a Agência de Fomento firmou parceria com as prefeituras de Divinópolis, Silvanópolis, Rio Sono e Dianópolis. Onde prestarão apoio aos empreendedores locais na consolidação da tomada de crédito para seu negócio;
- ✓ Realização de atendimento na cidade de Santa Fé do Araguaia.
- ✓ Em parceria com a Secretária da Mulher em execução do projeto "Todas Por Elas" a Agência de Fomento levou atendimento para os municípios de São Felix e Mateiros.
- ✓ Fortalecimento da parceria junto ao Basa – Banco da Amazônia, onde intensificamos a prospecção e acesso ao crédito para agricultura familiar;
- ✓ Capacitação dos Agente de Desenvolvimento das prefeituras de Dianópolis, Divinópolis, Santa Rosa, Silvanópolis, Paranã, Carmolândia. O objetivo é que os Agentes estejam preparados para atender as demandas dos empreendedores no que tange o acesso ao crédito;
- ✓ Participação na Feira da Colheita da cidade de Barrolândia, onde na oportunidade foram ofertadas linhas de crédito destinado aos agricultores familiares;
- ✓ Marcou presença na FENEVA Agro Tech 2025 realizada na cidade de Paraíso Tocantins, oportunizando o acesso ao crédito para inovação e demais seguimentos;
- ✓ Participação na Feira da Cultura, na cidade de Divinópolis, com ênfase na agricultura familiar;
- ✓ Atendimento na Sala do Empreendedor em parceria com o SEBRAE na cidade de Gurupi;
- ✓ Participação da Caravana do Agrocédito, na cidade de Rio Sono, com foco na agricultura familiar;
- ✓ A equipe esteve presente no 1º encontro de Piscicultores do Sudeste do Tocantins, realizado na cidade de Almas. Com foco na cadeia produtiva da piscicultura, e oferta de linha de crédito do PRONAF B;
- ✓ Entrevista nos canais de comunicação: TV, rádio e rede sociais, divulgado o trabalho da Agência junto a classe empreendedora do estado;
- ✓ Mutirão de crédito a 2ª etapa da Campanha "SOS Aguiarnópolis", levando atendimento aos empreendedores que tiveram seus negócios impactados pela queda da ponte JK;
- ✓ Mutirão de Crédito - INCR/ MDA nos municípios de Alvorada, Tocantinópolis, Pindorama, Santa rosa, Campos Lindos, Araguaçu, Couto Magalhães, Rio sono, Porto Nacional, Palmas. Evento destinado a agricultura familiar, informações e realizações de solicitação de crédito para linha PRONAF B;
- ✓ Realização do credenciamento junto ao BNDES, o qual tornou a Agência de Fomento um agente financeiro parceiro, ofertando linhas de crédito para investimentos e capital de giro;
- ✓ Lançamos da edição 2025 do Programa Natal com Estoque, onde foram disponibilizadas linhas de crédito para que o empresário abastecesse seu negócio, fortalecendo as vendas de final de ano.

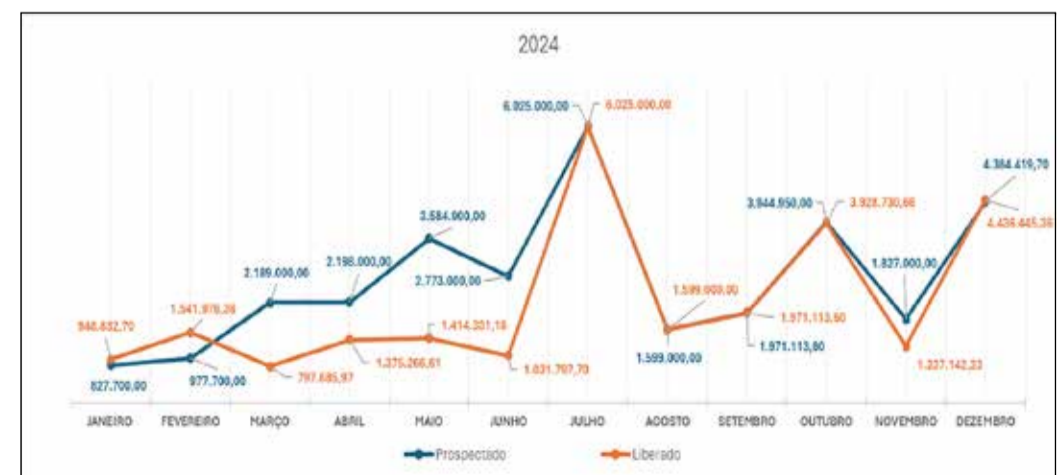
No Exercício de 2025 foram protocolados em propostas de crédito um montante de **R\$ 25.994.000,00** (vinte e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil reais), este valor corresponde ao montante bruto em propostas de créditos realizadas com Recurso Próprio da Agência.

A redução em comparação ao mesmo período de 2024 se deu principalmente em virtude da falta de repasse do recurso FUNGETUR, que contribui positivamente para o crescimento das solicitações de crédito.

As propostas de crédito com apresentação de garantias reais (imóvel ou veículo) são protocoladas primeiramente no setor jurídico para emissão de parecer quanto a garantia e posteriormente encaminhadas para análise de crédito onde possível redução poderá ocorrer para enquadramento da capacidade de pagamento e garantias apresentadas, bem como do indeferimento em casos que não apresentam pontuações na análise de score.

PROTOCOLADAS NO EXERCÍCIO DE 2024		PROTOCOLADAS NO EXERCÍCIO DE 2025	
JANEIRO	827.700,00	JANEIRO	1.830.000,00
FEVEREIRO	977.700,00	FEVEREIRO	3.720.000,00
MARÇO	2.189.000,00	MARÇO	4.440.000,00
ABRIL	2.198.000,00	ABRIL	3.520.000,00
MAIO	3.584.900,00	MAIO	3.010.000,00
JUNHO	2.773.000,00	JUNHO	3.000.000,00
JULHO	6.025.000,00	JULHO	576.000,00
AGOSTO	1.599.000,00	AGOSTO	620.000,00
SETEMBRO	1.971.113,60	SETEMBRO	1.581.000,00
OUTUBRO	3.944.950,00	OUTUBRO	892.000,00
NOVEMBRO	1.827.000,00	NOVEMBRO	1.420.000,00
DEZEMBRO	4.384.419,70	DEZEMBRO	1.385.000,00
TOTAL	32.301.783,30	TOTAL	25.994.000,00

COMPARATIVO PROSPECTADO X LIBERADO



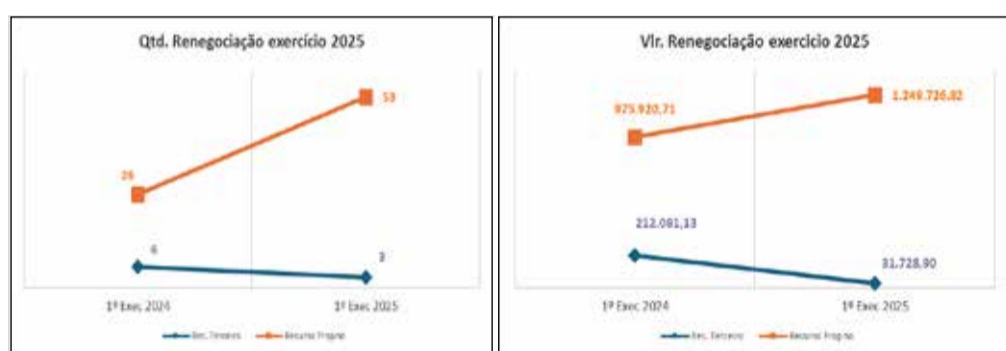
GESTÃO DE CRÉDITO (RECURSOS PRÓPRIOS, REPASSES E ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS)

LIBERAÇÃO RECURSO PRÓPRIO E TERCEIROS (Fungetur e Finep)



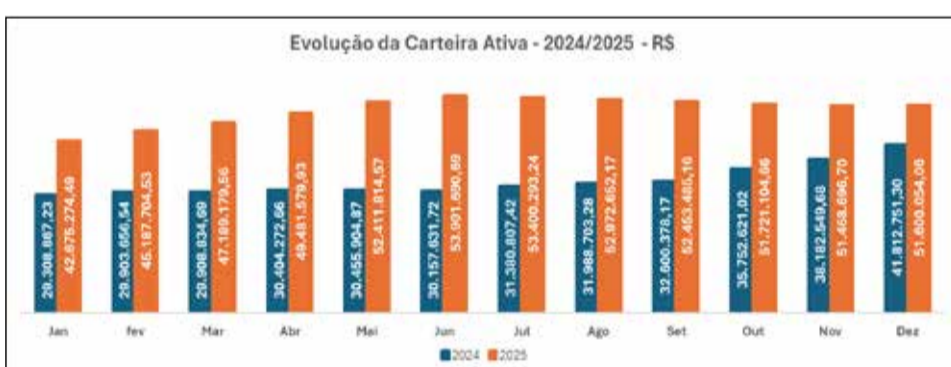
No exercício de 2025 as liberações finalizaram em 21.048.494,73, 828 contratos, em relação ao exercício 2024 as liberações finalizaram em R\$ 23.891.751,62, 467 contratos. Na comparação entre o exercício 2024 e 2025 as liberações de 2024 superaram em 2,8 milhões, porém em quantidade o exercício 2025 superou em 361 contratos. Assim demonstra a pulverização dos créditos, minimizando os riscos.

RENEGOCIAÇÃO - RECURSO PRÓPRIO E TERCEIROS



Com as recentes mudanças advindas da resolução 4.966 do CMN, houve a necessidade de intensificar a cobrança e renegociação dos inadimplentes, uma vez que o impacto contábil de um cliente inadimplente eleva muito o provisionamento da carteira devedora, possibilitando assim que o cliente inadimplente consiga organizar suas finanças e manter as parcelas em dias. O resultado apresentado reflete a nova estratégia de ter um setor exclusivo para cobranças, assim podendo intensificar na recuperação.

EVOLUÇÃO CARTEIRA ATIVA



A carteira ativa do exercício 2025 evoluiu o volume de operações em 578 contratos em relação ao mesmo período de 2024. Em 2025 teve um crescimento financeiro de R\$ 9.787.302,76 referente ao exercício 2024. Do montante da carteira ativa de 2025, R\$ 51.600.054,06 de carteira ativa, R\$ 18.176.601,40 refere-se a recursos de terceiros (FUNGETUR, FINEP e BNDES), R\$ 33.426.452,66 de recursos próprios. O cenário ideal de equilíbrio financeiro e contábil é atingir a carteira ativa de recursos próprios mínima R\$ 45.000.000,00. Sendo necessário para isso a continuidade dos aportes dos acionistas e progresso da carteira de recursos próprios.

INADIMPLÊNCIA RECURSOS PRÓPRIOS e TERCEIROS



O aumento da inadimplência apresentada no 4º trimestre de 2025 com relação ao comparado do 4º trimestre de 2024, se deu em virtude da operação liberada sob contrato nº 16011997, cliente contrato n. 16011997. A liberação ocorreu em 26/09/2024 no valor de R\$ 2.600.000,00 com vencimento inicial em 26/12/2024. Porém não houve amortização no crédito, o que causou o provisionamento de 100% do contrato, gerando um grande impacto no índice de inadimplência.

Todas as medidas cabíveis para recuperar o crédito foram executadas, o imóvel dado em garantia avaliado em R\$ 4.560.824,24, já está consolidado para Agência de Fomento. A próxima fase será o leilão, previsto para janeiro 2026.

RECUPERAÇÃO/REVERSÃO/PREJUÍZO/PROVISÃO - RECURSO PRÓPRIO E TERCEIROS



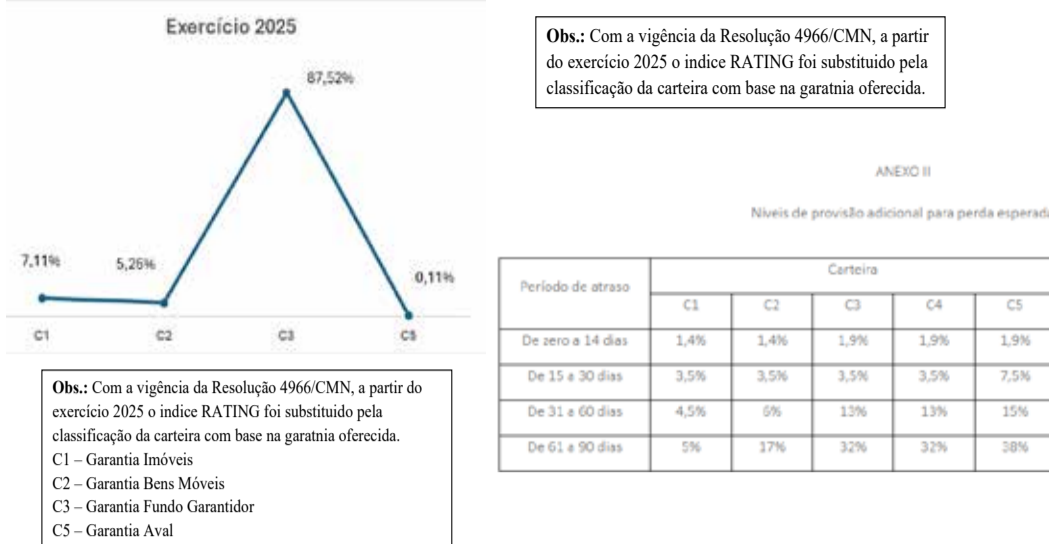
O comparativo foi realizado entre o exercício 2024 e o exercício 2025, os índices de baixados como prejuízo e provisão são dois índices mais afetados pela nova resolução Bacen (4.966), uma vez que a baixa de cliente em prejuízo acontecerá nos casos comprovados de ativos problemáticos sem reversão possível ou atingimento de até 720 dias de inadimplência, dependendo da classificação.

Quanto a provisão, com a nova regra, os contratos são classificados pela garantia e não pelo Rating, sendo que, garantia real imóveis classificados em C1, garantia real veículos e maquinários C2, Fundo garantidor C3 e somente Aval C5. A carteira da Fomento está concentrada em C1, C2 e C3, sendo a maioria C3. A elevação significativa da provisão é resultado da constante elevação da carteira ativa, onde só no primeiro semestre de 2025 as liberações superaram todo exercício de 2024.

O provisionamento é um índice contábil, agrupando em seu histórico provisão de créditos recém-contratados e dos contratos em inadimplimento, porém sem impacto financeiro efetivo.

Outro impacto na provisão neste trimestre foram os créditos vencidos acima de 90 dias, considerados Ativos Problemáticos, agravando os percentuais sobre saldo devedor. O valor representa o acumulado de provisão.

CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES RECURSOS PRÓPRIOS, FUNGETUR, FINEP e BNDES



RECURSOS ADMINISTRADOS PELO FDES-TO

Referente ao exercício 2025 o FDES TO liberou 1017 contratos, totalizando R\$ 10.998.656,90, entre crédito popular e agricultura familiar.

A carteira ativa do FDES TO fechou o exercício 2025 com saldo administrado de R\$ 15.317.446,25, 1.924 clientes ativos. Carteira ativa em 2024 fechou em R\$ 8.505.629,59, 1.461 clientes ativos.

A carteira de baixados em prejuízo fechou o exercício de 2025 com acumulado de 455 contratos, valor contábil de R\$ 2.206.464,87. A carteira de prejuízo apesar de não estar composta na carteira ativa, a Fomento intensifica diariamente a cobrança, ajuizamentos e acordos de recebimento.

A inadimplência fechou o exercício 2025 com índice de 1,88%. Em 2024 fechou com índice de 2,80% de inadimplência, em 2024 não houve liberação e crédito.

RECURSOS ADMINISTRADOS FNO – Pronaf - b

No exercício 2025 a Fomento Tocantins realizou o credenciamento para ser repassador do FNO na modalidade pronaf-b, iniciando as prospecções em setembro de 2025, as primeiras operações foram liberadas pelo BASA em outubro de 2025.

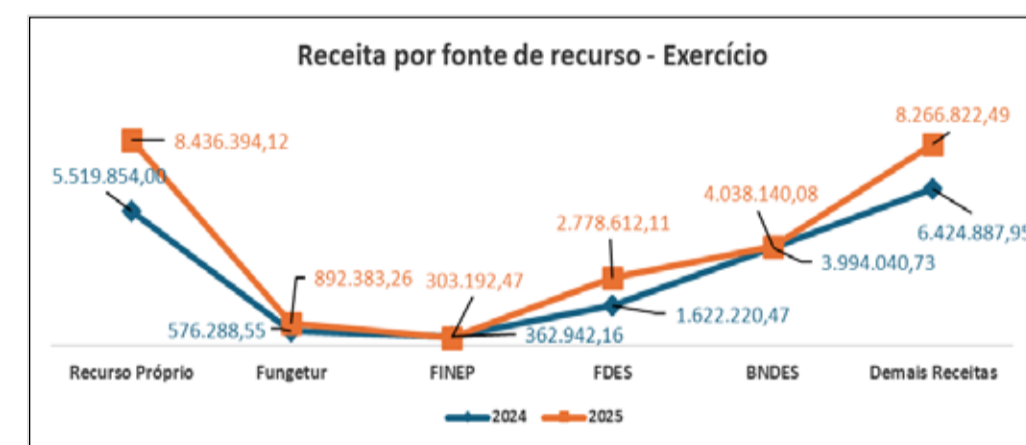
Em 2025 foram efetivadas o montante de R\$ 2.550.637,98, totalizando 190 contratos, ficando em carteira para ser tramitado em 2026 o volume de aproximadamente R\$ 3 milhões.

A importância da gestão deste recurso para incremento nas receitas da Fomento, que recebe taxa de administração.

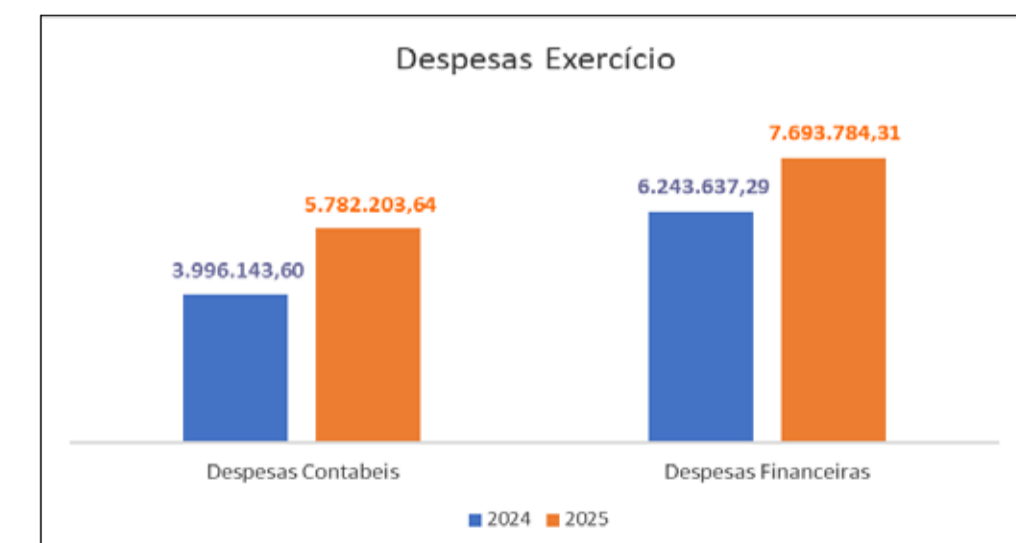
RECEITA POR FONTE DE RECURSO

As principais fontes de receita são as operações de recurso próprio, recursos de terceiros (FUNGETUR, FINEP) e administração de fundo estadual. Dentro do terceiro trimestre foram obtidas as receitas:

Exercício	2024	2025
Recurso Próprio	5.519.854,00	8.436.394,12
Fungetur	576.288,55	892.383,26
FINEP	362.942,16	303.192,47
FDES	1.622.220,47	2.778.612,11
BNDES	3.994.040,73	4.038.140,08
Demais Receitas	6.424.887,95	8.266.822,49
	18.500.233,86	24.715.544,53



Despesas	2024	2025
Despesas Contábeis	3.996.143,60	5.782.203,64
Despesas Financeiras	6.243.637,29	7.693.784,31
	10.239.780,89	13.475.987,95



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Finalizamos o exercício de 2025 com lucro de R\$ 716 (mil), as receitas totalizaram R\$ 14.442 (milhões), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas R\$ 13.726 (milhões), incluindo as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e despesa de obrigação por empréstimo e repasses.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 2.174 (milhões). Sendo aplicadas em Fundos de investimento de renda fixa (Fundo BB RF Simples Solidez Diferenciado FIC FI e BB RF Simples Solidez Pleno FIC com saldo de R\$ 28.783 (milhões) e Letras Financeiras do Tesouro, correspondente a 212 títulos ajustado pelo índice SELIC, com saldo de R\$ 3.826 (milhões).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 81.913 (milhões). Os seus principais componentes são a carteira ativa de operação de crédito com um montante de R\$ 46.403 (milhões) sem as provisões, correspondente a 57%, as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 32.609 (milhões) equivalente a

40% e 3% sendo de outros ativos (outros créditos, vendas de ativos não financeiros, imobilizado).

O Passivo Circulante somou R\$ 6.025 (milhões), sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o Passivo Não Circulante R\$ 29.827 (milhões) referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 46.061 (milhões), distribuídos em R\$ 63.617 (milhões) de Capital Social subscrito, R\$ 63.425 (milhões) Capital Social integralizado, R\$ 192 (mil) capital a realizar, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 17.517 (milhões) de prejuízo acumulado.

Balanco Patrimonial (R\$ mil)

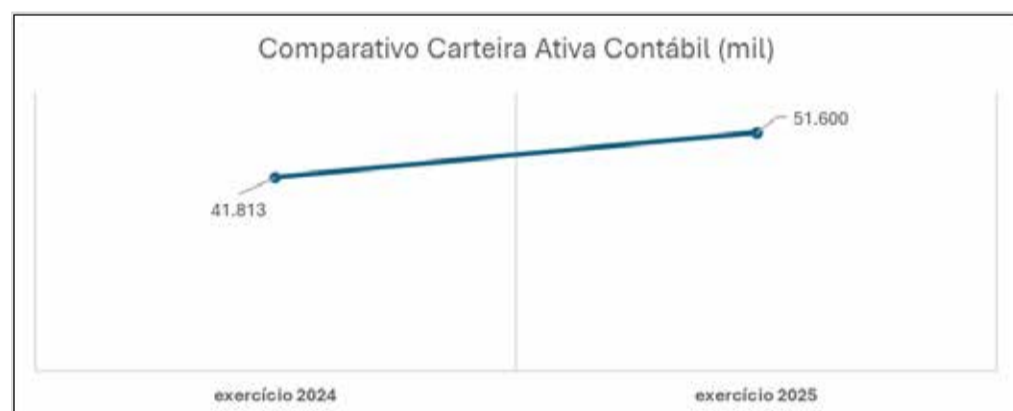
CONTAS	Exercício 2024	Exercício 2025
Ativo	61.314	81.913
Passivo	26.017	35.852
Patrimônio Líquido	35.297	46.061

Histórico do resultado (R\$ mil)

CONTAS	Exercício 2024	Exercício 2025
Receitas	10.832	14.442
Despesas	10.243	13.726
Resultado	589	716

Histórico da carteira ativa (R\$ mil)

Carteira ativa	Exercício 2024	Exercício 2025
	41.813	51.600



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 representou um marco de adaptação e resiliência para a Agência de Fomento do Estado do Tocantins. A implementação da Resolução CMN nº 4.966 trouxe mudanças significativas na metodologia de classificação e provisionamento da carteira de crédito, exigindo ajustes internos e maior rigor na gestão de riscos. Apesar dos desafios, a Instituição manteve sua capacidade de expansão, pulverizando operações e ampliando o alcance do crédito em diversos municípios, com destaque para o fortalecimento da agricultura familiar, micro e pequenos empreendedores e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Os resultados evidenciam a solidez da Agência, que encerrou o exercício com evolução da carteira ativa, incremento nas receitas e manutenção de índices de inadimplência em patamares controlados, mesmo diante de impactos pontuais. A estratégia de diversificação das linhas de crédito, associada à intensificação das ações de cobrança e renegociação, contribuiu para preservar o equilíbrio econômico-financeiro e assegurar a continuidade da missão institucional de fomentar o desenvolvimento do Estado.

RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva registra seus sinceros agradecimentos:

Ao Governo do Estado do Tocantins (como acionista majoritário) e demais acionistas, pelo apoio e confiança na condução das políticas de fomento.

Ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, pelo acompanhamento diligente, orientação estratégica e contribuição decisiva para o fortalecimento da governança e transparência institucional.

Aos parceiros institucionais, como Banco da Amazônia, BNDES, FINEP, FUNGETUR, SEBRAE e demais entidades, pela cooperação que fortalece a capacidade de atendimento às demandas locais.

Aos colaboradores da Agência, cuja dedicação e profissionalismo foram fundamentais para superar os desafios regulatórios e operacionais do exercício.

Aos empreendedores tocantinenses, que acreditaram na Instituição e buscaram o crédito como instrumento de crescimento e geração de renda.

Com base nos resultados alcançados e nas perspectivas futuras, a Agência de Fomento reafirma seu compromisso com a responsabilidade, transparência e inovação, consolidando-se como agente estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Tocantins.

Palmas – TO, 27 de janeiro de 2026.

Lyndon Johnson Portilho do Prado
Diretor Presidente

Jardel Crystiano N. Ribeiro
Diretor Administrativo Financeiro

Elaine Maria de Matos
Diretora Operacional

Balanco Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	PASSIVO	Nota	31/12/2025
CIRCULANTE		50.267	CIRCULANTE		6.025
DISPONIBILIDADES	4	7	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS - INST. OFICIAIS	10	5.101
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	30.971	FUNGETUR		5.052
Títulos de Renda Fixa - LFT		2.188	FINEP		32
Cotas de Fundos de Investimento		28.783	BNDES		7
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	16.655	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	924
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		21.852	Cobrança e Arrecadação		6
(-) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(5.197)	Fiscais e Previdenciárias		311
			Diversas		607
OUTROS CRÉDITOS	7	2.173	NÃO CIRCULANTE		29.827
OUTROS VALORES E BENS	8	467	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS - INST. OFICIAIS	10	29.827
			FUNGETUR		29.601
			FINEP		183
			BNDES		43
NÃO - CIRCULANTE		31.646	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.061
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		31.386	CAPITAL SOCIAL	13.a	63.425
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	29.748	Capital		63.617
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		29.748	(-) Capital a Realizar		(192)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	1.638	RESERVAS DE LUCROS		153
Títulos de Renda Fixa - LFT		1.638	PREJUÍZOS ACUMULADOS	13.b	(17.517)
IMOBILIZADO	9	260			
Imobilizações de Uso		1.890			
(-) Depreciações Acumuladas		(1.630)			
TOTAL DO ATIVO		81.913	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Descrição	Notas	2º Semestre 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14	6.882	12.565
Operações de Crédito		5.469	10.391
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.413	2.174
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	(2.282)	(4.189)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Créditos		(1.900)	(3.801)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(382)	(388)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.600	8.376
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.082)	(7.687)
Receitas de Prestação de Serviços		553	930
Outras Receitas Operacionais		77	149
Despesas de Pessoal e Honorários	16	(2.772)	(5.051)
Outras Despesas Administrativas	17	(1.290)	(2.623)
Despesas Tributárias		(441)	(737)
Outras Despesas Operacionais		(209)	(355)
RESULTADO OPERACIONAL		518	689
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		27	27
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		545	716
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
RESULTADO LÍQUIDO		545	716
Nº de ações do capital social realizado		6.000.000	6.000.000
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		0,09	0,12
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		7,68	7,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
RESULTADO LÍQUIDO	545	716
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	545	716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Capital a Integralizar	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	54.563	(166)	54.397	153	(19.252)	35.298
Ajustes dos Riscos na transposição Res. CMN 4966/21			-		1.019	1.019
Aumento de Capital em AGO/AGE - 22/05/25	9.054		9.054			9.054
Cap. a Real. acionistas minorit. AGO/AGE -22/05/25		(54)	(54)			(54)
Realização de integral. de capital exerc. anteriores		28	28			28
Resultado do Exercício					716	716
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	63.617	(192)	63.425	153	(17.517)	46.061
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2025					1.735	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Descrição	Nota	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		716
Ajustes do lucro líquido do exercício		
Depreciação		84
Alienação de bens próprios		27
Provisão/Constituição de Provisão para Operações de Crédito		3.921
Provisão de risco transposição resolução CVM 4966/2021		1.019
Resultado do período ajustado		5.767
Varição nas contas ativas e passivas		
Ativas		(11.493)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		(1.307)
Redução (aumento) das Operações de Crédito		(9.787)
Redução (aumento) dos Outros Créditos		(401)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		2
Passivas		9.835
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		9.703
Aumento (redução) Outras Obrigações		132
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		-
Caixa gerado nas atividades operacionais		4.109
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no Imobilizado		(123)
Caixa gerado (ou aplicação) nas atividades de investimento		(123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital		9.000
Integralização de Capital		28
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		9.028
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		13.014
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4	16.010
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4	29.024
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		13.014

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.
CNPJ nº 05.474.540/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicada de outra forma)

1. Contexto operacional

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. ("FOMENTO TOCANTINS"), pessoa jurídica de direito privado, é uma sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, integrante da administração pública indireta do estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. A FOMENTO TOCANTINS é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil – Bacen, e sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei nº 4.595/1964, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

A FOMENTO TOCANTINS tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do estado do Tocantins, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios e/ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, aprovados pelo BACEN).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação das demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, sendo provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, estimativa de valor justo de determinado instrumento financeiro, provisões para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

A autorização para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi dada pela diretoria executiva em 02 de fevereiro de 2026.

Classificação de ativos financeiros

A instituição deve classificar os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - Custo amortizado: os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e

b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

II - Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes: os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; e

III - Valor Justo no Resultado: os demais ativos financeiros.

Ativo problemático e "Stop Accrual"

O ativo se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer:

I - atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou

II - indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

É vedado o reconhecimento no período de qualquer receita relacionada a ativos

problemáticos, procedimento "Stop Accrual".

Baixa para prejuízo

O instrumento financeiro será baixado quando não houver expectativa de recuperação, que conforme política da instituição, após 100% provisionado.

Carteiras de ativos financeiros

Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de que tratam os arts. 76 e 78 da Resolução BCB 352/2023, a instituição deve segregar os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

I - Carteira 1 (C1):

a) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e

b) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

II - Carteira 2 (C2):

a) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;

b) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

c) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;

d) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

e) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

f) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

III - Carteira 3 (C3):

a) créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;

b) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e

c) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput;

IV - Carteira 4 (C4):

a) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e

b) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos;

V - Carteira 5 (C5):

a) operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;

b) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput; e

c) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de títulos e valores mobiliários considerados como equivalentes de caixa, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e valores mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de aplicação em fundo de investimentos são destinados a negociação imediata e as LFT – Letra Financeira do Tesouro são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado.

c) Operações de crédito

As operações de crédito são classificadas ao custo amortizado e serão reconhecidas contabilmente com base no método da taxa de juros efetiva da operação (TJEO), que considera custos e receitas adicionais à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB 352/2023.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais a seguir:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança; e
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

f) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e não circulante, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Agência adota a sistemática de apuração do imposto de renda pelo lucro real utilizando alíquota, prevista na legislação tributária, de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

h) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715/2012 as agências de fomento, opcionalmente, passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Desenvolvimento.

i) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da assessoria jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como **perda provável**, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado de forma confiável, para os processos classificados como de **perda possível** onde não requer a provisão, é realizada a divulgação em notas explicativas e para processos classificados como **perda remota** não são efetuadas provisões ou divulgações.

j) Apresentação do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem, independente do recebimento ou pagamento, respectivamente, e em consonância com o disposto no COSIF e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas as instituições financeiras.

4. Disponibilidade - caixa e equivalentes de caixa

(Em milhares de reais)

	31/12/2025
Contas Correntes - Banco do Brasil	1
Títulos e Valores Mobiliários - Circulante (nota explicativa nº 5)	32.609
Subtotal	32.610
Reserva 10% do passivo conforme Resolução 2828 Art.6º	(3.586)
TOTAL	29.024

5. Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado

(Em milhares de reais)

		31/12/2025	
Categoria	Prazos	Saldo	Receitas
Cotas de fundos invest. de renda fixa	Sem vencimento	28.783	1.431
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2026	2.188	705
Total Circulante		30.971	2.136
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2031	1.638	38
Total Não Circulante		1.638	38
TOTAL		32.609	2.174

A aplicação de R\$ 28.783 mil se refere a cotas de fundos de investimento de renda fixa, aplicados nos Fundos BB RF Simples Solidez Diferenciado FIC FI e BB RF Simples Solidez Pleno FIC.

Os valores de R\$ 2.188 mil registrado em Letras Financeiras do Tesouro, corresponde a 121 títulos com vencimento em 01 de março de 2026 e R\$ 1.638 mil a 91 títulos com vencimento em 01 de setembro de 2031. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Agência não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Carteira de crédito avaliada ao custo amortizado

a) Composição por atividade econômica

(Em milhares de reais)

	31/12/2025		
Setor Privado	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	17.655	15.442	33.097
Turismo	4.117	14.264	18.381
Indústria	79	43	122
Total da carteira	21.851	29.749	51.600

b) Composição por carteira, situação e faixa de vencimento

Situação	31/12/2025				Total
	Classificação da Carteira				
	C1	C2	C3	C5	
Ativos não problemáticos	13.982	6.118	24.012	7	44.119
Até 14 dias de atraso	9.547	5.521	20.525	2	35.595
De 15 a 30 dias de atraso	770	139	1.113	-	2.022
De 31 a 60 dias de atraso	2.285	278	1.229	-	3.792
De 61 a 90 dias de atraso	1.380	180	1.145	5	2.710
Ativos Problemáticos Adimplidos	244	-	85	-	329
De 0 a 90 dias de atraso	244	-	85	-	329
Ativos Problemáticos Inadimplidos	4.010	208	2.934	-	3.142
Inadimplido - período menor que um mês	165	-	617	-	617
Inadimplido - período igual ou maior que 1 e menor que 2 mês	146	96	453	-	549
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 mês	420	-	204	-	204
Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 4 mês	343	27	291	-	318
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 5 mês	-	-	252	-	252
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 6 mês	-	-	133	-	133
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7 mês	-	-	106	-	106
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 8 mês	72	-	244	-	244
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 9 mês	-	72	167	-	239
Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 10 mês	2.682	-	121	-	121
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 11 mês	-	13	141	-	154
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 mês	-	-	64	-	64
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 13 mês	-	-	55	-	55
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 mês	-	-	74	-	74
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 15 mês	-	-	12	-	12
Inadimplido - período igual ou maior que 15 e menor que 16 mês	30	-	-	-	-
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 17 mês	2	-	-	-	-
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 mês	150	-	-	-	-
Inadimplido - período igual ou maior que 18 e menor que 19 mês	-	-	-	-	-
Inadimplido - período igual ou maior que 19 e menor que 20 mês	-	-	-	-	-
Inadimplido - período igual ou maior que 20 e menor que 21 mês	-	-	-	-	-
Total Geral	18.236	6.326	27.031	7	51.600

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

31/12/2025					
(Em milhares de reais)					
Carteira	Total Operações	Perda Esperadas	Perda Incorridas	Provisão Adicional	Total Provisão Perda Esperada
C1	18.236	537	1.556	-	2.093
C2	6.326	137	93	-	230
C3	27.031	1.105	1.767	-	2.872
C5	7	2	-	-	2
Total	51.600	1.781	3.416	-	5.197

d) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

31/12/2025	
(Em milhares de reais)	
Saldo inicial	1.676
Constituição / (reversão) de provisão para perdas esperadas	3.521
Provisão de perdas esperadas e incorridas	4.571
(-) Créditos baixados como prejuízo	(288)
(-) Reversão de perdas esperadas e incorridas	(762)
Saldo final da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.197

e) Créditos renegociados

31/12/2025	
(Em milhares de reais)	
Renegociações	1.281

f) Garantias

A Agência aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões para perdas associadas ao risco de crédito, tendo como origem ativos financeiros não recebidos.

31/12/2025	
(Em milhares de reais)	
Créditos por venda a prazo de ativo não financeiro	1.781
Venda de ativos não financeiros (a)	1.806
(-) Perda esperada (b)	(25)
Serviços prestados a receber	144
FDESTO - Taxa de administração	144
Diversos	248
Adiantamento pgto. nossa conta	1
Impostos e contribuições a compensar	17
Pagamentos a ressarcir	230
Total	2.173

(a) Valores a receber das vendas de ativos não financeiros, mais especificamente imóveis R\$ 1.806 mil.

(b) Se refere a provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre recebíveis das vendas de ativos não financeiros.

8. Outros valores e bens

31/12/2025	
(Em milhares de reais)	
Material de consumo em estoque	49
Ativos não financeiros mantidos p/ venda recebidos - Outros imóveis (a)	409
Despesas antecipadas - Prêmio de seguro	9
Total	467

(a) Ativos não financeiros mantidos para venda – Compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/19. Referidos bens são levados a leilão público e conforme normas, por vendas direta.

9. Imobilizado de uso

31/12/2025				
(Em milhares de reais)				
	31/12/2025	Adições	Baixas	Saldo inicial do período
Imobilizado de Uso				
Instalações	426	7	-	419
Móveis e equipamentos	1.286	116	-	1.170
Veículos	178	-	(31)	209
Subtotal	1.890	123	(31)	1.798
(-) Depreciação				
(-) Instalações	(360)	(30)	-	(330)
(-) Móveis e equipamentos	(1.092)	(55)	-	(1.037)
(-) Veículos	(178)	-	31	(209)
Subtotal	(1.630)	(85)	31	(1.576)
Total	260	38	-	222

10. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

a) Obrigações por empréstimos e repasses no país

31/12/2025	
(Em milhares e reais)	
Composição	34.663
FUNGETUR	34.663
FINEP	215
BNDES	50
Total	34.928

As obrigações por repasses representam as captações de recursos realizadas junto a Instituições Oficiais e os encargos financeiros incidentes sobre essas operações, em 31 de dezembro de 2025, são:

I – Nas operações pós-fixadas juros variam de 5,0 % ao ano até 6,0% ao ano, mas as variações dos indexadores (TLP, TR, SELIC e INPC).

II – Nas operações pré-fixadas de 5,0% ao ano até 6,0% ao ano.

11. Outras Obrigações

Composta por tributos, encargos trabalhistas, obrigações trabalhistas, obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações:

31/12/2025	
(Em milhares de reais)	
Cobrança e Arrecadação de Tributos Assemelhados	6
IOF - Operação de crédito	6
Subtotal	6
Fiscais e Previdenciárias	311
Imp. e contrib. s/ serviços terceiros	14
Imp. e contrib. s/ salários	231
Outros imp. e contribuições	66
Subtotal	311
Diversas	607
Provisão despesas de pessoal	246
Provisão outras despesas administrativas	110
Provisão passivos contingentes	58
Credores diversos-país	193
Subtotal	607
Total	924

12. Provisões, passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com o Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões passivas em 31 de dezembro de 2025, se apresentam conforme quadro a seguir:

(Em milhares de reais)			
Provisões Passivas	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado 31/12/2025
Contingência civil passiva (embargos à execução)	22/09/2017	Provável	39
Contingência civil passiva (embargos à execução)	07/07/2017	Provável	17
Contingência civil passiva (busca e apreensão)	22/02/2021	Provável / Julgado procedente em parte.	2
TOTAL			58

Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas e os classificados como remoto não requer provisão e nem divulgação. De acordo com as informações da gerencia jurídica, não existe processos classificados como risco possível.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 63.617 mil e integralizado é de R\$ 63.425 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Foi homologado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de maio de 2025, aporte de capital no valor de R\$ 9.054 mil, proveniente de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações. Até 31 de dezembro de 2025, deste montante foi integralizado R\$ 9.000 mil e a integralizar 54 mil.

O capital social da Agência apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025:

(Em reais)						
ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.984.000	63.235.298	63.235.298	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	63.617	54.563	9.054
FCDL	O.N.	0,1	6.000	63.617	54.563	9.054
FAET	O.N.	0,1	6.000	63.617	28.131	35.486
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	63.617	29.841	33.776
FIACET	O.N.	0,1	6.000	63.617	12.701	50.916
SICON	O.N.	0,1	6.000	63.617	9.683	53.934
Total		100	6.000.000	63.617.000	63.424.779	192.221

b) Prejuízos acumulados

No exercício de 2025 a Agência apresentou um lucro de R\$ 716 mil, reduzindo o montante de prejuízos acumulados de exercícios anteriores:

2º semestre 2025			31/12/2025	
(Em milhares de reais)				
Resultado Acumulado				
Resultado acumulado de exercícios anteriores		(18.062)		(19.252)
Resultado do período		545		716
Ajuste de provisão de risco transposição Res. CMN 4966/2021		-		1.019
Total		(17.517)		(17.517)

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com a Lei 6.404/76, Art. 193 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Para o exercício de 2025, houve lucro e a reserva legal não foi constituída em função do prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 17.517 mil, conforme a Lei 6.404/76, Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

14. Receita da intermediação financeira

2º semestre 2025			31/12/2025	
(Em milhares de reais)				
Rendas Operações de Crédito	5.469		10.391	
Rendas de empréstimos	4.625		8.346	
Rendas de financiamentos	467		990	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	377		1.055	
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	1.413		2.174	
Rendas de títulos de renda fixa	404		743	
Rendas de aplicações de fundos	1.009		1.431	
Total	6.882		12.565	

15. Despesas da intermediação financeira

2º semestre 2025			31/12/2025	
(Em milhares de reais)				
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de créditos - Operações de crédito		(2.372)		(4.571)
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de créditos - Outras operações		(1)		(1)
Reversão de provisão de perdas associada ao risco de crédito - Operações de crédito		469		762
Reversão de provisão de perdas associada ao risco de crédito - Outras operações		4		9
(-) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses		(382)		(388)
Total		(2.282)		(4.189)

16. Despesas de pessoal

2º semestre 2025			31/12/2025	
(Em milhares de reais)				
Honorários de diretores e conselheiros		327		614
Benefícios		687		1.197
Encargos sociais		495		916
Proventos		1.243		2.284
Treinamento		5		10
Estagiários		15		30
Total		2.772		5.051

17. Outras despesas administrativas

2º semestre 2025			31/12/2025	
(Em milhares de reais)				
Água, energia e gás		57		95
Aluguéis		202		397
Comunicações		38		67
Manutenção e conservação de bens		121		228
Material de expediente		3		36
Processamento de dados		460		912
Despesas Promoções Relações Pública		17		26
Propaganda publicidade		-		21
Publicações		10		47
Seguros		6		17
Serviços do sistema financeiro		65		127
Serviços de terceiros		1		13
Serviços de vigilância e segurança		7		14
Serviços técnicos especializados		18		32
Transportes		39		92
Viagens no país		127		208
Depreciações		34		84
Outras despesas administrativas		85		207
Total		1.290		2.623

18. Seguros dos principais ativos

A Agência delimita os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros mantidos pela companhia estavam assim compostos:

Apólice	Seguradora	Tipo	Contratação	Vigência
0000001614720	Aliança do Brasil Seguros S/A	Seguro predial	25/11/2025	12 meses
0531104330620	Porto Seguro	Seguro frota	01/07/2025	12 meses

19. Transações com partes relacionadas

A Agência tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e tem operações realizadas como parte relacionada a administração do Fundo FDESTO, pela qual recebe taxa de administração calculadas sobre a carteira ativa das operações de crédito e da carteira das operações baixadas em prejuízo, sendo que no exercício de 2025, obteve receitas no valor de R\$ 763 mil.

20. Recursos humanos

O quadro atual de pessoal é composto por 56 funcionários, sendo 28 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, 14 celetistas concursados e 14 servidores cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, cujo ônus remuneratório é de responsabilidade do cedente, acionista majoritário da instituição.

21. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei Estadual nº 3.665/2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 31 de dezembro de 2025, há um saldo registrado em contas de compensação da Agência, no valor de R\$ 16.743 mil, referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0,50% e 0,60% a.m. sobre a carteira ativa dos créditos liberados e baixados como prejuízo.

22. Gerenciamento de risco

A Agência adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados a seguir os principais riscos relacionados às atividades da Agência, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

22.1. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os indicadores de liquidez da Agência, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

22.2. Risco de crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

22.3. Risco de mercado

A Agência controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

22.4. Risco operacional

É estabelecido um contexto estratégico, a estrutura de governança e a política de apetite a riscos da agência. Isso inclui definir quais níveis de risco são aceitáveis.

Identificação dos riscos: A agência mapeia todas as fontes potenciais de risco operacional. Como:

- **Falha em processos:** Erros na concessão de crédito, inconsistências na documentação, atrasos na liberação de recursos.
- **Falha em pessoas:** Erros humanos, fraudes internas, falta de treinamento ou conhecimento.
- **Falha em sistemas:** Problemas com o sistema de informação, segurança cibernética, falta de redundância.
- **Eventos externos:** Desastres naturais, ataques cibernéticos, mudanças regulatórias, crimes externos (fraudes).

Avaliação dos riscos: Após a identificação, os riscos são analisados e avaliados em termos de probabilidade de ocorrência e impacto potencial. Essa avaliação pode ser qualitativa ou quantitativa.

- **Análise qualitativa:** Usa-se uma escala (baixa, média, alta) para estimar o risco.
- **Análise quantitativa:** Usa-se métricas e dados históricos para calcular a perda potencial.

Tratamento dos riscos: A agência desenvolve planos para lidar com os riscos, com foco na mitigação, transferência ou aceitação.

- **Mitigação:** Implementa-se controles internos, como sistemas robustos, treinamentos e políticas claras, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos.
- **Transferência:** Contrata-se seguros ou transfere-se o risco para terceiros.
- **Aceitação:** Aceita-se o risco quando o custo da mitigação é maior que o risco em si, desde que esteja dentro do apetite a risco da agência.

Monitoramento e relatórios: É um processo contínuo de acompanhamento dos riscos identificados, da eficácia dos controles e da ocorrência de novos eventos.

22.5. Gerenciamento de capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a política de gerenciamento de capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência, bem como, sua estrutura, em conformidade com a resolução do CMN e normas complementares.

A Agência mantém margem de PR em linha com o estabelecido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para a cobertura do Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) e o adicional de Capital Principal mínimo requerido para RWA (ACP).

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	46.059.978
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	85.779.123
RWAcpad	78.086.088
RWAopad	7.693.035
Sobre o PR considerando o Rban	36.625.595
Índice de Basileia = (PR / RWA) *100	53,70%

Índice de basileia = PR / RWA

Na fórmula, PR se refere ao patrimônio de referência e RWA aos ativos ponderados pelo risco. O patrimônio de referência, por sua vez, é formado pelo capital principal da instituição e pelo capital complementar. Quanto maior o índice de Basileia, mais sólida é a instituição, ou seja, há menores riscos de ela enfrentar problemas e vir à falência.

Patrimônio de referência (PR): O seu cálculo é determinado por metodologia do Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 3.444/2007). Esta resolução determina que ao valor do patrimônio líquido de cada instituição financeira sejam somados alguns itens (provisão, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital de dívidas) e subtraídos outros (reservas, créditos tributários, ativos diferidos, entre outros), que resultarão no valor do PR.

Ativos ponderados pelo risco (RWA): consiste em uma metodologia utilizada pelas instituições financeiras para calcular, de forma ponderada, a exposição de risco de seus ativos. O RWA determina o Índice de Adequação de Capital e o capital necessário a essa organização.

RWAcpad: exprime as possibilidades de risco de crédito

RWAopad: expressa o risco operacional

Rban: é a parcela de exposição ao risco das operações classificadas na carteira de não-negociação (*banking book*), através do cálculo estabelecido pelo sistema Integral Trust que utiliza a metodologia delta NII.

Índice de Basileia: é um indicador internacional que possui a finalidade de analisar a saúde financeira de uma instituição financeira. Há grosso modo, ele mede o quanto o banco tem de patrimônio em relação ao seu volume de empréstimos.

22.6. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência e/ou que afetam suas operações.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da instituição.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Agência, mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

23. Implementação da resolução CMN nº 4.966, de 2021 - Novos critérios de mensuração de provisão de créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada.

Com a implementação da resolução CMN 4.966 em 01 de janeiro de 2025, a Instituição obteve um resultado na provisão de perdas associadas ao risco de crédito no valor de R\$ 1.019 mil, registrado na conta de lucros ou prejuízos acumulados, conforme quadros abaixo:

DESCRIÇÃO	(Em milhares de reais)	
	RESOLUÇÃO 2682	RESOLUÇÃO 4.966 (vigente a partir de 01/01/2025)
Provisão p/ Risco de credito - Operações de créditos	2.372	-
Provisão p/ Risco de credito (Venda de Ativos não Financeiros)	33	-
Saldo de provisionamentos em 31/12/2024	2.405	-
Perda Esperada - Operações de créditos (resolução 4.966)	-	833
Perda Esperada - Venda de Ativos não Financeiros (resolução 4.966)	-	33
Perda Incurrida - Operações de créditos (resolução 4.966)	-	823
Adicional (resolução 4.966)	-	20
Previsão saldo de provisionamentos em 31/12/2024	-	1.709

(Em milhares de reais)		
Transposição de saldos p/ Conta 6.1.8.10.01.01.002 - Prov. De risco transposição 2025		
(+) Saldo em 31/12/2024 de provisionamento da resolução 2682		2.405
(-) Saldo em 31/12/2024 de provisionamento da resolução 4966		1.709
(+) Recuperação de RAA em atraso (Resolução 4966)		323
Saldo final		1.019

Palmas, 02 de fevereiro de 2026.

LYNDON JOHNSON PORTILHO DO PRADO
 Diretor Presidente

ELAINE MARIA DE MATOS
 Diretora Operacional

JARDEL CRYSTIANO NUNES RIBEIRO
 Diretor Administrativo e Financeiro

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
 Coordenador de Contabilidade
 CRC/TO-003075/O



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
 AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.
 Palmas/TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. (instituição), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, que trata dos impactos estimados da implementação da Resolução CMN nº 4.966/21, atualizada em 29/08/2025, sobre o resultado e a posição financeira da instituição. Destacamos que, em conformidade com os artigos 78 e 79 das Disposições Transitórias da referida Resolução, foi dispensada a apresentação comparativa das demonstrações contábeis em relação ao exercício anterior, ainda que tal comparativo seja normalmente exigido pelo art. 176, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e pelo item 38 da NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Instituição relativas ao 1º. Semestre de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujos relatórios foram emitidos em 17 de setembro de 2025, e 04 de abril de 2025, respectivamente, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Palmas (TO), 06 de fevereiro de 2026.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O

Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Responsável Técnico
Contador CRC/PE no. 009702 "T" RN

Augusto César Silva Gonçalves
Sócio
Contador CRC/RN nº 11150 O RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 18 de março de 2026, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2025, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer da Auditoria Independente e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS – Auditores Independentes, registrou sugestões e ressalvas, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos.

Palmas - TO, 18 de março de 2026.

Sebastião Pereira Neuzin Neto
Presidente do Conselho

José Pedro Dias Leite
Membro

Sergivan Sales de Brito
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 24 de abril de 2026, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2025, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS – Auditores Independentes Associados S/S, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos.

Palmas - TO, 24 de março de 2026.

LYNDON JOHNSON PORTILHO DO PRADO
Presidente

CLERSON DALVANI REIS
Vice-Presidente

ANDERSON LUIZ JUSTINO MARTINS
Membro

ANTONIEL PONTES FERNANDES
Membro

ANTONIO BANDEIRA COSTA MARTINS
Membro

LUIZ CARLOS CARNEIRO
Membro

ESCLARECIMENTO

Assembleia Legislativa esclarece sobre tramitação da Medida Provisória nº 21/2026

Divulgação

A ALETO ENVIOU NOTA DE ESCLARECIMENTO À IMPRENSA SOBRE A TRAMITAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 21/2026.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (Aleto) enviou nota de esclarecimento à imprensa sobre a tramitação da Medida Provisória nº 21/2026, que trata do pagamento de indenizações a servidores públicos. Confira abaixo a íntegra:

“A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (Aleto), diante de informações divergentes sobre a devolução da Medida Provisória (MP) nº 21/2026 ao Poder Executivo, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

A MP nº 21/2026 trata do pagamento de indenizações a categorias do serviço público. Ela foi encaminhada à Assembleia após o veto integral do Governo do Estado a uma proposta anterior sobre o mesmo tema, que havia sido aprovada pelos deputados e transformada no Autógrafo de Lei nº 36/2026.

No entanto, esse veto ainda não foi analisado pelo Plenário da Assembleia, que é o órgão responsável por decidir se mantém ou derruba a decisão do Executivo.

Porém, mesmo que o veto já tivesse sido apreciado pelos deputados, o envio de uma nova medida com conteúdo semelhante contraria uma regra importante do processo legislativo. Essa regra impe-



de que um mesmo assunto seja reapresentado dentro da mesma sessão legislativa (mesmo ano), justamente para garantir segurança jurídica e respeito às decisões do Parlamento (Constituição Federal – art. 62 § 10).

Durante a tramitação da proposta original, a Assembleia cumpriu seu papel constitucional, discutindo e aprimorando o texto por meio de emendas aprovadas por unanimidade, tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) quanto no Plenário. O resultado desse trabalho foi formalizado no Autógrafo de Lei nº 36, de 31 de março de 2026.

Ao justificar o veto total, o Poder Executivo alegou possíveis problemas de constitucionalidade, falta de previsão orçamen-

tária e impacto nas contas públicas. Entretanto, o texto enviado à Casa não estava acompanhado de estudos de aumento de despesa, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Assembleia ressalta, ainda, que a elaboração das leis é uma atribuição fundamental do Poder Legislativo. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) já firmou entendimento de que o uso de Medidas Provisórias deve ser feito apenas em situações excepcionais, e não como prática recorrente.

Por fim, a Assembleia Legislativa ressalta que, em situação análoga (a da Medida Provisória nº 20/2026, que dispõe sobre a Gratificação de Incentivo aos Professores), o Poder Executivo estadual adotou postura compatível com os limites constitucionais

do veto, ao incidir apenas sobre trechos específicos do texto modificados por emendas parlamentares, preservando o conteúdo original da proposição.

Tal conduta está em consonância com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, quando disciplina o instituto do veto.

Dessa forma, evidencia-se que, também em relação à Medida Provisória nº 21/2026, seria juridicamente possível – e recomendável, sob a ótica da coerência institucional e da segurança jurídica – a adoção do veto parcial restrito às alterações promovidas pelo Parlamento, mantendo-se incólume o texto encaminhado e não vetado pelo próprio Governo.

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Palmas, 17 de março de 2026.”

Qual é o problema?

O Jornal Primeira Página retoma este quadro que fez história por muitos anos em sua linha editorial. Este quadro foi criado para que a população se manifeste enviando a redação os problemas enfrentados na cidade.

Participe!

Envie-nos sua mensagem pelo whatsapp.
63 99239-1659



JORNADA CTAT/CNM

RSR COMUNICACAO TOCANTINS
LTDA:28971575000170Assinado de forma digital por RSR COMUNICACAO
TOCANTINS LTDA:28971575000170
Dados: 2026.04.20 15:43:36 -03'00'

Palmas recebe evento nacional sobre Reforma Tributária voltado a gestores municipais

O AUDITÓRIO DA ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS, EM PALMAS, SEDIARÁ NO DIA 5 DE MAIO A JORNADA CTAT/CNM.

O auditório da Associação Tocantinense de Municípios, em Palmas, sediará no dia 5 de maio a Jornada CTAT/CNM – Reforma Tributária pelos Municípios, considerada uma das maiores mobilizações do país voltadas à capacitação de gestores municipais sobre o tema.

O evento conta com apoio da ATM e é organizado pela Confederação Nacional de Municípios.

De acordo com a CNM, a jornada prevê a realização de 100 encontros presenciais distribuídos em todos os estados brasileiros.

A proposta é orientar prefeitos, secretários e equipes técnicas sobre as mudanças no sistema tributário nacional.

TEMAS

A programação inclui debates sobre o novo modelo



Associação Tocantinense de Municípios em Palmas

de tributação sobre o consumo, regras de transição entre regimes, repartição de receitas e impactos na gestão pública local.

Também serão discutidos o papel dos municípios no novo sistema e as decisões que precisam ser tomadas durante o período de adaptação.

CAPACITAÇÃO

Os encontros serão conduzidos por especialistas

ligados ao Conselho Técnico das Administrações Tributárias Municipais, que acompanham a regulamentação da reforma.

A capacitação é voltada a agentes públicos municipais e busca oferecer orientações práticas sobre a implementação das mudanças.

INSCRIÇÃO E VALORES

A participação será gratuita para municípios filiados à CNM e adimplentes.

Para municípios não filiados e demais interessados, o valor da inscrição é de R\$ 990.



Leia mais no QR CODE

GESTÃO E INOVAÇÃO

Tour Crescimento Empresarial chega a Palmas dia 29 com foco em lucro

Evento vai reunir especialistas para apresentar estratégias práticas e aplicação de inteligência artificial no crescimento empresarial

Com foco em lucro, gestão, inovação e inteligência artificial aplicada aos negócios, o Tour Crescimento Empresarial chega a Palmas no dia 29 de abril, inserindo o Tocantins na rota nacional dos principais eventos voltados à alta performance empresarial. O encontro é voltado a empresários que buscam estratégias práticas para crescer com consistência e melhorar resultados.

A condução será de Paulo Vieira, maior referência em performance empresarial e inteligência emocional do país. Newton Vieira, fun-



O Tour Crescimento Empresarial chega a Palmas no dia 29 de abril.

dador da Febracis Tocantins e franqueado das unidades no ABC e em Guarulhos, em São Paulo, também estará presente e juntos vão, trazer uma abordagem estratégica alinhada aos desafios reais do mercado.

Com conteúdo direto e aplicável, o evento vai apresentar soluções voltadas ao aumento de lucro, organiza-

ção de processos, liderança e tomada de decisão baseada em dados, além de abordar o uso da tecnologia como diferencial competitivo.

A realização em Palmas reforça o posicionamento do estado como polo emergente de capacitação empresarial e amplia o acesso a conteúdos estratégicos fora dos grandes centros.

SOBRE PAULO VIEIRA

Presidente da Febracis, é uma das principais referências em desenvolvimento humano e empresarial no Brasil. Criador do Método CIS, já impactou mais de 1,5 milhão de pessoas em 83 países e soma mais de 10 milhões de livros vendidos

SAÚDE PÚBLICA



Orientação é levar medicamentos vencidos.

Remédios ainda são descartados de forma errada

O descarte incorreto de medicamentos ainda é frequente no Tocantins e representa risco ao meio ambiente e à saúde pública. A prática mais comum é jogar remédios vencidos no lixo doméstico, o que facilita a contaminação do solo e de recursos hídricos. A informação é da engenheira ambiental Raquel Cristiane Amaral Vaz, gerente de Resíduos de Serviços de Saúde, em entrevista ao Jornal Primeira Página

IMPACTOS AMBIENTAIS

O problema vai além do descarte inadequado dentro de casa. Substâncias químicas presentes nos medicamentos podem atingir rios e lençóis freáticos, já que nem todos os compostos são eliminados pelos sistemas convencionais de tratamento de esgoto.

“O descarte inadequado de medicamentos pode causar impactos significativos ao meio ambiente e à saúde pública”, explica Raquel.

Ela aponta que hormônios podem interferir no sistema reprodutivo de organismos aquáticos, enquanto antibióticos descartados de forma irregular contribuem para o aumento da resistência bacteriana.

A orientação é que medicamentos vencidos ou em desuso sejam levados a pontos de coleta específicos, como farmácias e unidades de saúde. Esses resíduos passam por tratamento adequado, que pode incluir incineração, coprocessamento ou outras tecnologias, conforme as características do material.

“Deveria encaminhar os medicamentos vencidos a pontos de coleta”, orienta a especialista.

Nos casos em que não há possibilidade de trata-

mento, a destinação deve ser feita em aterros industriais apropriados, conforme normas ambientais.

ORIENTAÇÃO

Enquanto não são descartados, os medicamentos devem ser mantidos nas embalagens originais, armazenados em locais secos, frescos e fora do alcance de crianças e animais.

Também é importante evitar o descarte em pias ou vasos sanitários, prática que contribui diretamente para a contaminação da água.

ORIENTAÇÕES NO TO

No âmbito institucional, a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO) desenvolve ações voltadas ao gerenciamento correto dos resíduos de serviços de saúde, com foco principalmente nas unidades sob sua responsabilidade.

“Não descartar medicamentos vencidos ou em desuso no lixo comum, na pia ou no vaso sanitário” é a principal recomendação repassada à população, reforçando a necessidade de práticas mais seguras no dia a dia.

O processo pode ser feito de forma simples pela população:

Verificar regularmente a validade dos medicamentos em casa

Manter comprimidos, líquidos e pomadas nas embalagens originais

Separar caixas e bulas para reciclagem comum

Levar os medicamentos a pontos de coleta, como farmácias e Unidades Básicas de Saúde

A adoção dessas medidas contribui para reduzir impactos ambientais e garantir mais segurança sanitária para a população.

Nova identidade visual

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA

40 ANOS

1985 | O REGIONAL ARAGUAÍNA - GO | 1989 | O REGIONAL MIRACEMA - TO | 1990 | O REGIONAL PALMAS - TO | 1994/2025 | PRIMEIRA PÁGINA PALMAS - TO

“Ao fundar o meu jornal em 10 de novembro de 1985 em Araguaína, no Norte de Goiás, eu não sabia que estava encontrando a minha razão de viver! Obrigada a Deus e ao povo do Tocantins!”

Sandra Miranda | Jornalista - Fundadora do Primeira Página



Accesse nosso Site
jornalprimeirapaginato.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A Sra. Ilza Corrêa Rocha, Diretora Presidente da CORRÊA PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ 23.841.886/0001-00, no uso de suas atribuições, convoca todos os Acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, por meio de Videoconferência, sendo que os Acionistas deverão solicitar o link para os endereços eletrônicos operacional@holdbackconsultoria.com.br e karas@holdbackconsultoria.com.br, iniciando-se os trabalhos às 15h (quinze horas) horário de Brasília, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** (i) apreciação das contas dos administradores do exercício fiscal de 2025; (ii) exame e votação das demonstrações financeiras do exercício fiscal de 2025; (iii) deliberação sobre a destinação de lucro líquido do exercício fiscal de 2025 e a distribuição de dividendos; (iv) dispensa ou remuneração dos administradores e membros da Diretoria; (v) deliberar sobre a instalação ou não do Conselho Fiscal para o exercício social em curso. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberação e ratificação da política de repasses a entidades filantrópicas e religiosas; (ii) esclarecimentos sobre despesas, pagamentos e implementação de centro de custos; (iii) deliberação sobre a adoção do fluxo de caixa apresentado pelo Conselho Fiscal; (iv) deliberação sobre requerimento de mútuo formulado pela acionista ROSI MEYRE CORRÊA; e (v) outros assuntos de interesse da Companhia. Nada mais. Palmas/TO, 17 de abril de 2026.